

## **REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA MARIA ROSA DO CONTESTADO E A DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Caroline Wynnek, Júlia Maria Müller Santiago, Reidy Rolim de Moura - UEPG  
carolinewynnek97@gmail.com, jsmuller84@gmail.com, reidymoura@gmail.com  
Graduanda de Serviço Social (UEPG), Graduanda de Serviço Social (UEPG), Doutora em  
Sociologia Política (UFSC)

GT 8- Trabalho autogestionário e economia popular solidária: resistência, saberes e processos  
organizativos em tempos de pandemia

### **RESUMO**

O presente trabalho relata a experiência extensionista junto a Rede de Encomendas de produtos agroecológicos da comunidade Maria Rosa do Contestado, com foco na questão de gênero e da divisão sexual do trabalho no meio rural. O grupo é acompanhado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX). A Rede de Encomendas foi criada pelo Coletivo de Mulheres do acampamento, juntamente com a incubadora, com a finalidade de escoar a produção dos produtos agroecológicos produzidos pela comunidade, que estava se perdendo devido a falta de consumidores. A metodologia de trabalho da IESol junto ao grupo se dá a partir da perspectiva do plano de incubação, que é composto por planejamento em reuniões, cursos, oficinas, assim como acompanhamento das ações de execução e avaliação constante das atividades. Os resultados observados pela equipe da IESol têm mostrado um organizado trabalho que tem aumentado o escoamento da produção através da consolidação da rede de comercialização, contudo, destaca-se também uma sobrecarga feminina sobre as demandas e sobre o funcionamento da Rede de Encomendas, o que se tornou um problema na visão da incubadora, que busca a igualdade plena de todos os seus integrantes.

### **INTRODUÇÃO**

A Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IESol) é um programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), fundado no ano de 2005 e que tem como principais objetivos a cooperação, autogestão, participação direta, valorização dos saberes locais, sustentabilidade e justiça social nos empreendimentos solidários (EES), além da geração de trabalho e renda advindo das atividades dos EES, atuando na região de Ponta Grossa-PR e dos Campos Gerais.

No momento presente, a incubadora trabalha diretamente com três empreendimentos, sendo eles: Acampamento Maria Rosa do Contestado, que produz e comercializa produtos agroecológicos; grupo de Jardinagem e Saboaria, que opera com produtos de saboaria e serviços e manutenção de jardins e o grupo Afesol (Associação de Feirantes de Economia Solidária), que concentra-se em artesanatos e produtos de materiais reutilizáveis.

A IESol atua com pequenos ou grandes grupos através das diretrizes e dos valores da Economia Solidária (ECOSOL), uma economia diferente da capitalista onde não se busca uma acumulação de capital, mas sim o crescimento de todos de forma solidária, justa e saudável, sem as desigualdades oriundas da questão social.

Singer (2002) estabelece que a economia solidária tem um modo de produção diferente do sistema capitalista que estamos inseridos, pois seus princípios primordiais são a propriedade coletiva associada ao capital ou a liberdade individual. A utilização desses princípios une todos os que produzem a uma única classe de trabalhadores, tendo como resultado natural a igualdade e a solidariedade.

Na ECOSOL não há lucro, pois ela não se baseia na acumulação de capital. Desta maneira, a renda gerada é chamada de sobras, sendo ela dividida em partes iguais a todos os membros da cooperativa. Assim, os trabalhadores se organizam em cooperativas, administradas com a prática e princípio da autogestão; ou seja, dirigidas sem a figura de um chefe, trabalhando de forma coletiva nas decisões, onde são feitas assembleias em que cada trabalhador tem o direito a um voto, fazendo com que todos sejam responsáveis pelas demandas e projetos de seu grupo bem como de suas conquistas, operando constantemente no coletivo.

A comunidade Maria Rosa do Contestado localizada em Castro-PR, iniciou a ocupação no ano de 2015 e atualmente conta com 115 famílias acampadas. O grupo Maria Rosa é um dos empreendimentos incubados pela IESol (UEPG) que presta assessoria para seus membros, com uma equipe multidisciplinar composta por técnicos, estagiários e voluntários de diversas áreas (serviço social, economia, administração, etc), que trabalham juntamente com o grupo estratégias de geração de renda e a conquista da própria autonomia do grupo.

O coletivo Maria Rosa apresentava notável dificuldade no escoamento de sua produção de orgânicos, levando a incubadora a trabalhar juntamente com ele possibilidades para desenvolver a comercialização de sua produção, desde o acompanhamento da plantação, a preservação dos alimentos, a organização dos produtos, a sistematização dos pedidos dos consumidores, criação do formulário de pedidos, até a divulgação dos serviços e ações coordenados pelo acampamento. Deste modo, foi criada em maio de 2019, a Rede de Encomendas de produtos agroecológicos da Comunidade Maria Rosa do Contestado.

A Rede vem apresentando um grande progresso desde seu nascimento, se tornando uma essencial fonte de geração de renda para o grupo; seus integrantes apresentam extenso conhecimento frente às demandas e necessidades da Rede, o que possibilitou ao longo desse período uma conquista de autonomia muito grande e totalmente perceptível na visão da incubadora. Neste crescimento, o que vem se destacando é a atuação das mulheres do acampamento, o qual chamou a atenção da equipe da IESol, conforme se destaca a seguir.

## **A METODOLOGIA DE TRABALHO DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) é um programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), suas ações visam levar os grupos acompanhados a formas de trabalho e renda fora da lógica do capitalismo. Estas ações são realizadas sob os princípios norteadores da Economia Solidária, os quais são: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, consumo solidário, respeito à natureza e comércio justo.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) atendidos pelo programa podem se organizar em cooperativas, associações ou informalmente, mas sempre visando o crescimento e a autonomia, com a finalidade de igualdade e qualidade de vida no trabalho. Tem-se, portanto, que tais empreendimentos se constituem e se desenvolvem num modo alternativo de produção, se comparados aos que se desenvolvem nos moldes tradicionais (SINGER. 2002).

Por ser uma incubadora, a IESol oferece assessoria e apoio ao desenvolvimento dos grupos que acompanha àqueles com quais possuem algum vínculo, além disso, presta auxílio no acesso a direitos, na geração de renda, na valorização de saberes da cultura local e das tradições populares, tudo conforme os aludidos princípios. Alguns dos grupos acompanhados por vezes encontram-se em situação de vulnerabilidade social, de forma que o trabalho desenvolvido pelo programa vai além e completa-se com auxílio na inserção destes grupos em editais de projetos e cursos e formações e também na inserção em outros projetos de extensão da Universidade.

As ações da IESol são aplicadas a partir de uma metodologia específica que se traduz nas fases de pré-incubação, incubação e pós-incubação. Na pré-incubação, é onde a incubadora conhece o grupo, apresenta as diretrizes e valores da ECOSOL e se trabalha em conjunto com o eles a construção de um diagnóstico que consiste no levantamento de dados sobre a realidade do grupo e de seus integrantes para que se construa um plano de incubação, onde se determina o que será trabalhado com o grupo para que ele conquiste sua própria autonomia.

No processo de incubação, o empreendimento é acompanhado sistematicamente pela incubadora, onde são feitas formações sobre economia solidária e a temas associados que abrangem questões políticas, ambientais, sociais, econômicas e jurídicas, também ocorrem reuniões entre grupo e incubadora tratando das demandas e dos projetos do empreendimento. Essa é a fase mais importante, pois é nela onde o trabalho é pensado e desenvolvido. A última etapa é a desincubação, em que ocorre quando o grupo conquista sua plena autonomia se apresentando como um empreendimento sustentável e democrático.

O Grupo Maria Rosa do Contestado está na fase de incubação e seu plano de incubação é composto por atividades de acompanhamento da rede de comercialização, reuniões de formação, reuniões de planejamento e avaliação das atividades, encaminhamentos de demandas específicas do grupo e de seus integrantes.

Essa metodologia foi se alterando e refinando ao longo do tempo, tendo em vista a complexidade das relações envolvidas, e pode ainda continuar se modificando, visando sempre o melhor para os empreendimentos<sup>1</sup>. Entende-se que a ECOSOL, através da IESol, possibilita o contato entre a universidade e a comunidade, nas palavras de Icaza e Tiriba (2003, p. 101) [...] “São fundamentais no processo de formação humana, como a socialização do saber e da cultura”.

As ações da IESol incorporaram ao longo do tempo projetos de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, dissertações, teses, relatórios diversos, assim como publicações realizadas por membros do Programa numa articulação fundamental para uma universidade pública e gratuita de qualidade. Um dos compromissos acordados pela IESol é o respeito aos princípios e valores que foi firmada, ou seja, das tomadas de decisões são sempre coletivas. (VALADÃO, et al, 2018).

## **O ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO**

Um dos movimentos sociais do campo mais expressivos no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fruto de uma questão agrária fundamental e histórica no Brasil. A partir dos dados obtidos pelo site oficial do MST, o movimento nasceu da discussão dos movimentos de luta pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, particularmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro.

O MST teve sua elaboração no período de 1979 a 1984, e foi estabelecido formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, 36 anos atrás na cidade de Cascavel - Paraná, onde centenas de trabalhadores rurais determinaram a fundação de um movimento social camponês, que lutasse pela Reforma Agrária<sup>2</sup>. “Sem Reforma Agrária não há democracia” a partir desta, formulou-se a construção da nova constituinte, aprovada em 1988 (MST, 2014a).

---

<sup>1</sup> Para maiores informações da história, trajetória e metodologia utilizada na IESOL ver Valadão, et al (org), 2018.

<sup>2</sup> A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso coletivo, distribuindo a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre trabalhadores rurais sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. (2014a)

Compreende-se que a Reforma Agrária não é uma luta por benefícios apenas para os camponeses, mas uma forma de melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos orgânicos e acessíveis aos trabalhadores (2014b).

O Acampamento Maria Rosa do Contestado teve início no dia 24 de agosto de 2015 e está localizado na fazenda “Capão do Cipó”, situado no município de Castro-PR, com área de 440,00 hectares; é um imóvel rural de domínio público, da União, que previamente foi cedido ao Ministério da Agricultura. O acampamento está aproximadamente 9km de distância da área urbana da cidade de Castro.

Por volta do ano de 2004, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão ligado ao Ministério do Planejamento que administra imóveis da União, constatou que a Fazenda Capão do Cipó, estava na realidade na posse da “Fundação ABC”, entidade privada, ligada a grandes Cooperativas do Estado do Paraná, que promove experiências na área agrícola.

Em 2013, sob o disposto no artigo 188 da Constituição Federal, regulamentado pelo artigo 13 da Lei 8.629/93, cujo texto diz o seguinte: “As Terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, ficam destinadas preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária”, a Superintendência do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA do Paraná, solicitou à SPU o referido imóvel com o fim de incorporá-lo ao plano nacional de reforma agrária, gerando o processo número 54200.000914/2012-95. Está em andamento judicial desde então.

O Acampamento tem cento e quinze famílias atualmente, que se aproximaram do movimento após crises nas cidades ou por amor a terra e raízes familiares camponesas tradicionais, outros por conhecerem as tradições e regras do movimento onde os direitos humanos são priorizados, incentivando a solidariedade, a colaboração, cuidados com o meio ambiente e o companheirismo. Grande parte do grupo é natural do município de Castro, entretanto, o acampamento abriga famílias de sem terras providas de cidades próximas, como Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Curitiba, Imbituva, Ponta Grossa e Ipiranga.

As famílias acampadas tomam decisões coletivas, organizam parte da produção e comercialização. Constituíram uma cooperativa em 2016 onde todos os acampados trabalham e se organizam de maneira coletiva na produção, escoamento da produção e socialização dos lucros numa proposta para além do modelo neoliberal imposto.

O plantio dos produtos é feito de forma agroecológica pelos trabalhadores, respeitando os processos da terra e das estações do ano, assegurando a sustentabilidade dentro do acampamento e saúde de seus integrantes, bem como de seus consumidores.

## A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

O acampamento enfrentava um grande problema de escoamento da sua produção, devido ao preconceito com o MST na cidade onde estão inseridos, sendo trabalhado com a IESol meios de enfrentamento para essa demanda. Segundo a relatoria de reunião da equipe do EES Acampamento Maria Rosa do Contestado no dia 23 de abril de 2019.

“Articulamos um plano para colocar em prática pela primeira vez a idéia de compras diretas dos produtos do Acampamento, por parte das/os integrantes da Iesol e respectivos EE 'S. Dia 14, mandar msg para Rose pedindo a Lista dos produtos disponíveis para colheita e venda. Divulgar essa lista entre integrantes da IESol e EE'S na reunião geral de quinta, dia 17. Arrecadar o dinheiro e pedidos. Mandar a lista com os pedidos para a Rose (no mesmo dia, ou no dia seguinte). Na segunda, entregar o dinheiro para os produtores e pegar os produtos. Realizar a distribuição deles na chegada da equipe à UEPG, marcar horário, local e pedir que levem sacolas” (IESOL, 2019).

A criação da Rede aconteceu como uma das estratégias de dar visibilidade ao trabalho do acampamento, uma rede de encomendas dos produtos agroecológicos do Grupo Maria Rosa do Contestado e que foi fomentada com os contatos da equipe da própria IESol e com o passar do tempo foi se ampliando.

A Rede de Comercialização Solidária foi organizada desde o seu início pelo Coletivo de Mulheres do Acampamento Maria Rosa do Contestado, juntamente com a IESol. O surgimento do coletivo de Mulheres, segundo a relatoria de reunião da equipe da IESol, que sucedeu no dia 17 de novembro de 2020 de forma remota, explica que:

“O coletivo de mulheres é um setor que faz parte do acampamento. Ele começou assim que iniciou o acampamento e suas bases. Seu início foi com a cozinha comunitária, com as mulheres fazendo o trabalho da cozinha, pois muitos não cozinhavam nas suas casas por não terem estrutura nem alimento. Então, foi feita uma cozinha comunitária e ali iniciou-se o coletivo. No decorrer do tempo tivemos cursos de artesanato e panificação, onde foi comprado um forno elétrico usado, e com isso, nasceu o sonho de uma cozinha industrial. Não demorou muito para o acampamento ser incubado pela IESOL e com nosso trabalho com a incubadora fomos conquistando os equipamentos para a cozinha industrial, onde criamos também a Rede de encomendas dos produtos orgânicos e começamos também a comercializar macarrão caseiro para oferecer na rede.” (IESOL, 2020).

Com isso, iniciou-se em maio de 2019, a Rede de Encomendas da Comunidade Maria Rosa do Contestado e IESol, onde são disponibilizados produtos cultivados pelos agricultores e agricultoras da Comunidade. Em sua abertura, a Rede contou com apenas 13 consumidores, onde uma lista com os produtos disponíveis era enviado aos consumidores no aplicativo WhatsApp e o consumidor realizava a escolha dos itens desejados, realizando o pagamento via transferência ou depósito bancário.

Os produtos ofertados na Rede, são delas e também dos integrantes masculinos do acampamento, beneficiando todo o Grupo Maria Rosa. Essa Rede teve seu início de forma informal e depois passou a funcionar através de um grupo no aplicativo WhatsApp, e busca

conectar produtores a consumidores, de forma direta, sem um atravessador. Conforme mostra a relatoria de reunião de equipe da IESol no dia 6 de Julho de 2019.

“Montamos um grupo no WhatsApp com as pessoas que participaram da primeira encomenda e com as pessoas que estão participando da segunda. O grupo tem o objetivo de facilitar a comunicação entre consumidores e a equipe da IESol que está mediando as encomendas. A equipe da IESol fica responsável por receber as encomendas e o dinheiro nessa segunda encomenda. Recebemos até sexta feira (07/06), às 18h. Após finalização dos pedidos, juntamos as listas e contabilizamos tudo” (IESOL, 2019).

O principal objetivo da Rede de Encomendas foi auxiliar no escoamento da produção de orgânicos da Comunidade Maria Rosa do Contestado, levando a incubadora a trabalhar com o grupo formas de garantir essa comercialização. A geração de renda é um quesito de extrema importância para o empreendimento, que via sua produção se perder por não ter formas de escoá-la, assim é trabalhado de forma conjunta entre incubadora e empreendimento, formas de se alcançar renda e a própria autonomia do grupo.

As relações de gênero dentro da Rede aparecem como uma constante a ser observada e trabalhada, a fim de entender como se dá a divisão de tarefas e demandas frente a essa perspectiva, tendo a economia solidária valores como a igualdade, é de suma importância para a incubadora que essas questões sejam observadas no grupo, para que se possa trabalhar juntamente com o grupo no enfrentamento de qualquer desigualdade.

No início da realização da Rede, cada consumidor compartilhava uma lista no grupo de WhatsApp com os produtos que gostaria de adquirir; mas, percebendo a necessidade da facilitação e melhor organização das entregas (tanto para o grupo Maria Rosa, como para a rede de consumidores), esse método foi substituído para os formulários online, pensado como uma nova ferramenta de serviço pelo empreendimento solidário e a incubadora. Montados na plataforma JotForm, é possível cadastrar os produtos agroecológicos, adicionar fotos, quantia disponível, entre outros detalhes importantes para a compra.

A realização desta sistematização é realizada em conjunto com o grupo Maria Rosa e a equipe da IESol; primeiramente, é enviado uma lista dos produtos disponíveis para determinada entrega e em seguida, organizados no formulário, sendo assim, repassado para os consumidores no grupo no WhatsApp. A transição para a ferramenta online trouxe grande otimização no tempo de trabalho do grupo e mais autonomia para os produtores, que passaram a depender menos da incubadora.

A princípio, as entregas ocorriam uma vez ao mês no campus da UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa e com a estabilização da Rede e a periodicidade dos consumidores, essas entregas passaram a acontecer quinzenalmente. Diante do advento da pandemia em decorrência do Coronavírus, a incubadora firmou uma parceria com a Cáritas

Diocesana, entidade de assessoramento, promoção e atuação social, para que as entregas pudessem ocorrer lá, devido ao fechamento da Universidade.

Desde o princípio, o grupo da Rede no WhatsApp foi alimentado com conteúdos diversificados para os consumidores, realizados em formas de textos e/ou fotos, além de artes para divulgação do trabalho realizado pelo acampamento, em que diversas vezes também são publicados nas redes sociais da IESol (Instagram e Facebook). Sendo alguns deles: conscientização de seus consumidores, como os plantios são realizados, qual é o tempo necessário de plantação de cada produto, qual a época de seu consumo e quais os custos com o deslocamento dos produtos até os consumidores, o que gerou uma relação de proximidade e familiaridade entre os produtores e os consumidores.

Sendo a Comunidade localizada em Castro-PR, sua vinda até Ponta Grossa tinha despesas como gasolina, pedágio e manutenção do veículo. Deste modo, foram criadas taxas de contribuição entre incubadora, empreendimento e os próprios consumidores, para que auxilie no custeamento de deslocamento que tem o custo de R\$104,80. Para essa contribuição pessoal dos consumidores, foi definido o preço justo e o preço ideal; no preço justo, o valor é de R\$ 4,00 por pedido, que cobre o valor de gasolina e pedágio; já o preço ideal cobre a gasolina, pedágio e a manutenção do veículo, ficando no valor de R\$ 7,00. No dia da entrega dos produtos agroecológicos, são oferecidas duas opções para os consumidores: 1) ele ficará responsável por retirar seus produtos na Cáritas Diocesana 2) caso opte por receber sua encomenda diretamente em casa, será cobrado o valor de R\$10,00 pelo serviço prestado.

Por consequência do cenário pandêmico, isolamento social, houve um apelo maior ao consumo solidário, onde diversas pessoas buscam um estilo de vida e alimentação mais consciente, gerando aumento das encomendas entre março e agosto, tendo agosto como o mês com maior número de encomendas desde a criação da rede. Contudo, atualmente, no mês de setembro registrou-se uma queda. Nessa queda, a equipe tem analisado, conforme consta na relatoria de reunião de equipe que aconteceu de maneira remota, no dia 9 de setembro de 2020.

“A equipe acredita que as quedas no número de encomendas podem ser por alguns elementos, como o aumento de serviços parecidos na cidade, assim como, também, tem-se a hipótese de que pode ter sido pela dificuldade em organizar e entregar os produtos.” (IESOL, 2020)

Com essa demanda de queda nas encomendas, foi trabalhado juntamente com o grupo formas de divulgação da Rede em mídias sociais devido a pandemia, com isso, foi criado no dia 22 de outubro um Instagram para a divulgação da Rede, onde os interessados são adicionados no grupo da rede do WhatsApp.



No decorrer do acompanhamento das atividades da rede de comercialização pela IESOL na pandemia, o que tem se destacado e um lançado olhar mais efetivo da equipe, é justamente a questão da sobrecarga das mulheres do próprio grupo e que destaca-se em seguida.

## **O TRANSPARECIMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO**

Ao longo do acompanhamento da IESol com a Rede, observou-se que a voz masculina no próprio grupo de comercialização era a que predominava, frente a voz das próprias mulheres do acampamento responsáveis pela rede. Isso ficou claro em vezes que se destacou os atrasos, mas que somente foi legitimado as justificativas quando o homem que é liderança e está no grupo, se manifestou. Este fato foi motivo de discussão inclusive em reunião geral da equipe da IESol, pelo fator da invisibilidade do trabalho feminino frente ao funcionamento da Rede.

Outra questão que tem sido observada ao longo do processo de comercialização, é a sobrecarga feminina do Coletivo de Mulheres sobre as questões que envolvem a Rede, como consta na reunião de ida a campo da IESol no acampamento Maria Rosa no dia 13 de outubro de 2019 onde “Uma integrante do grupo participou de toda a reunião cuidando de sua filha pequena, segundo ela, não tinha ninguém com quem deixar sua filha. Nenhum dos homens do acampamento participou da reunião” (IESOL, 2019).

A rede comercializa produtos de ambos os gêneros do acampamento, porém, nota-se o desinteresse masculino sobre as questões da rede e de seu funcionamento. São elas que listam os produtos disponíveis, que respondem as dúvidas dos consumidores no grupo, que fazem a contagem de produtos de cada encomenda e selecionam as cestas para as entregas, sendo elas também, que se deslocam do acampamento para fazer as entregas em Ponta Grossa.

O que se mostra, a partir disso, é o protagonismo feminino sobre o funcionamento da rede, sendo esse protagonismo apagado pelas questões de gênero dentro do grupo, onde se nota a falta de conscientização e representatividade feminina nos momentos de se receber méritos sobre o trabalho realizado na rede, ficando este sempre para a figura masculina.

A história sempre foi contada através do olhar masculino sobre o mundo e sobre suas ações e conquistas, deixando as mulheres sempre como segundo plano, ou melhor, como apenas sobreviventes, que tiveram a força masculina como sua proteção e suporte, ficando imposto a elas o papel de ser humano frágil e dependente. Segundo Saffioti (1976), essa estrutura foi mantida sob uma capa de proteção na qual o homem deveria oferecer a mulher, pela sua fragilidade, tendo como retorno a sua colaboração com os cuidados do lar e a sua submissão. Essa submissão sempre foi entendida pelas sociedades patriarcais como um dever da mulher frente ao chefe da família, pois se o homem é responsável pela parte econômica do lar, cabe a mulher a realização de todo o resto.

Essa relação reflete em todas as camadas de vida social das mulheres, sendo vistas, como inferiores e menos qualificadas no campo de trabalho, nas instituições acadêmicas e dentro do próprio lar. Além dos obstáculos, sofrem também com a falta de visibilidade e representação, sofrendo abstenção de todo o mérito sobre o seu próprio trabalho. Essa imposição sofrida pelas mulheres, atingiu a categoria trabalho e resultou na divisão sexual do trabalho, onde o trabalho se dividiu, se diferenciando em o que era trabalho de homem e o que era trabalho de mulher, a eles as profissões intelectuais, de força e as com maior retorno financeiro e a elas os empregos mecânicos, que não precisavam de muito raciocínio lógico e trabalhos domésticos fora de casa como a limpeza, cozinha e cuidados de pessoas.

Sendo o trabalho uma ferramenta de controle dentro do sistema capitalista, ele transforma e afeta a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. As mulheres, especificamente, são afetadas de diferentes formas dentro da categoria trabalho, recebem os menores salários, ocupam os cargos menos importantes, além de enfrentarem dupla e até tripla jornada de trabalho, pois, os afazeres doméstico e cuidado com os filhos também caem sobre ela. Fatores biológicos da mulher também foram e são até hoje objeto para a precarização de seu trabalho, como a gravidez e o período de aleitamento.

Estes fatores biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência, o que, por vezes, tem consequências extremamente desastrosas quer para o equilíbrio da personalidade feminina, quer para a socialização dos filhos, quer ainda para as relações conjugais. (SAFFIOTI 1976, p.50)

Ou seja, além de todas as imposições criadas socialmente e que as mulheres são obrigadas a enfrentar, seus fatores biológicos, como ter filhos, também são colocados como barreiras no quesito profissional, mesmo esse fator biológico sendo de extrema importância para a existência do próprio sistema capitalista.

Na questão profissional, estando ela sobrecarregada de afazeres domésticos e com seu trabalho fora de casa, sua carreira também vem a ser afetada, pois o tempo disponível para estudar e para a qualificação profissional é mínimo, fazendo com que toda essa estrutura de opressão não consiga ser quebrada. Souza e Guedes (2016) analisam a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD/IBGE de 2004 e 2014 e levantam dados importantes sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, com relação aos dados sobre as horas trabalhadas com afazeres domésticos entre homens e mulheres no ano de 2004, relacionados ao ano de 2014, mostram que em 2004 as mulheres trabalhavam aproximadamente 15 horas semanais a mais do que os homens e no ano de 2014 a diferença foi 13 horas semanais a mais, mostrando uma diminuição muito baixa, de apenas 2 horas, em um período de 10 anos. Isso reflete na procura das mulheres por trabalhos informais, onde se tem flexibilidade de horários, dando a ela mais tempo para os trabalhos domésticos e o cuidado com os filhos.

Foram diversos os fatores que levaram a exclusão da mulher no trabalho, independentemente do contexto socioeconômico, mas é na sociedade capitalista que esta exclusão se acentua de forma estruturada, pois é nela que a divisão sexual do trabalho ocorre, e se impõe o que é trabalho e responsabilidade da mulher e o que é trabalho e responsabilidade do homem. Se para as mulheres que vivem no espaço urbano a exclusão é sentida em todos os espaços na qual estão inseridas, para as mulheres no meio rural essa relação se torna mais excludente ainda, estando elas distantes de toda uma rede de apoio e de políticas públicas

A divisão sexual do trabalho atinge também o meio rural, colocando os homens na posição de poder e de provedor do lar, ficando com as atividades que geram renda, a elas são associadas às atividades de cuidados com a casa, com os filhos e as atividades destinadas ao autoconsumo da família, como o cuidado com a horta e a alimentação dos animais, atividades essas que geram pouca ou nenhuma renda. Para Butto & Dantas (2011), isso levou a negação da autonomia econômica, pessoal e política da mulher e a exclusão das decisões sobre a terra e o território, a deixando submissa e dependente de seus maridos.

A superação dessa estrutura de poder masculino no meio rural, vem sendo objeto de estudo e de luta políticas dos movimentos de mulheres e de sua auto-organização em movimentos sociais mistos, onde já se observa a importância da autonomia e do protagonismo feminino para a conscientização de sua própria classe acerca dos seus direitos. No final dos anos 80 essa reivindicação ganhou mais força, elas atuavam na busca por sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos atuantes que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos como as organizações autônomas das mulheres, sindicais e sem terra, que reivindicam direitos autônomos e sociais como o Marcha das Margaridas. Com essas condições são criados espaços mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres inseridas no meio rural e para a afirmação de uma agenda feminista no meio rural, afirmam Butto & Dantas (2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

São muitos os desafios da economia solidária frente às questões de gênero no meio rural, é necessário uma aproximação cada vez maior com os problemas enfrentados por essas mulheres, que além de estarem inseridas em uma sociedade capitalista, se encontram afastadas dos centros urbanos e de sua rede de proteção e apoio. Seu trabalho precisa ganhar visibilidade, juntamente com a consciência de que não precisam de uma figura masculina para validar suas decisões, quando são elas que conhecem a realidade de seu grupo ou de sua comunidade.

A economia solidária tem se mostrado como grande aliada nessa luta, primeiramente, criticando as explorações e desigualdades da sociedade de Mercado e dando consciência a invisibilidade da mulher, trabalhando junto delas, no reconhecimento sobre seu protagonismo

e autonomia. “A visibilidade das experiências de mulheres cria referências positivas, às fortalece como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista de gênero.” (MIRIAM, 2003, P. 2). A autogestão se apresenta como um instrumento de extrema importância nessa luta, pois cria um ambiente onde todos têm voz e são ouvidos, quebrando toda uma estrutura formada pelo capitalismo, onde se tem a figura do chefe, que na maioria das vezes é um homem, e todo o resto fica subordinado a ele.

Para Singer (2002)

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002)

Desse modo, a economia solidária se apresenta sem separação entre o social, econômico e político, um espaço de igualdade e cooperação entre todos, sem competições e aberto ao livre diálogo, pois conta como instrumento a autogestão. Para Singer (2000), a importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários. Tornando-se uma economia que dá outro sentido, às estruturas já criadas e mantidas pelo capitalismo, para a sua própria manutenção e existência.

## REFERÊNCIAS

BUTTO, Andrea. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011. p. 192.

ICAZA, Ana M. e TIRIBA, Lia: “Economia Popular”. In CATTANI, A.D. (Org.): **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003: 101-109.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2019.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. Dossiê. **Relatórios de Atividades incubação**. UEPG, 2020.

MST (2014a). **História**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historia/>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MST (2014b). **Reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

NOBRE, Miriam. “Mulheres na economia solidária”. In: CATANNI, A.D.(org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

**SINGER, Paul**. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – **São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002**.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

VALADÃO, A.C. et al. Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG: trajetória e futuro. In: VALADÃO, A.C. et al. (Orgs.) **Percursos e experiências da incubadora de empreendimentos solidária**. Ponta Grossa: UEPG; Estúdio Texto, 2018.